

PIERRE-NOËL GIRAUD LA POLITIQUE ÉCONOMIQUE À L'ÉPOQUE DE LA GLOBALISATION

PETER DE SOUSA / ELIAS SOUKIAZIS A IMPORTÂNCIA DAS ELASTICIDADES CRÍTICAS NO AJUSTAMENTO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS

PAULINO TEIXEIRA MUDANÇA TECNOLÓGICA NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

CARLOTA MARIA MIRANDA QUINTAL A INDEPENDÊNCIA DOS BANCOS CENTRAIS: O PERCURSO DO BANCO DE PORTUGAL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

MAURIZIO MISTRI COGNITIVE ECONOMICS AND EVOLUTIONARY PSYCHOLOGY: CHANGES IN CONSUMER PREFERENCES IN A PIAGETIAN CONTEXT

JOÃO PAULO MARQUES AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS EXISTENTES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E A COOPERAÇÃO UNIVERSIDADE-INDÚSTRIA

PEDRO RAMOS ESTÃO OS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS A AUMENTAR EM PORTUGAL?



Debates sobre a Economia Portuguesa

Forum é também um local de debate. Por isso, esta secção vale não só pelos contributos que publica como pelo convite que fica feito aos investigadores para polemizarem ou completarem pontos de vista.

Estão os Desequilíbrios Regionais a Aumentar em Portugal?

Pedro Nogueira Ramos

Nos últimos meses em Portugal, no debate que antecedeu mas também no rescaldo do referendo sobre a regionalização, afirmou-se repetidamente que os desequilíbrios regionais têm vindo a aumentar no nosso país. Esta ideia, que se enraizou no nosso pensamento, parece contudo pouco sensata, dado que se tem vindo a remover nos anos mais recentes a causa última desses desequilíbrios: o isolamento profundo das regiões do interior. É certo que esta ainda que a mais remota não é a única causa; no seu rasto outros motivos sobrevieram como a inexistência de uma cultura mercantil e empresarial ou o desenvolvimento mais em geral de economias de aglomeração, que não alastraram às regiões mais isoladas do interior português. A remoção da causa primeira não resolverá num ápice os problemas subsequentes... Mas ainda assim afigura-se como dificilmente explicável, neste contexto, um agravamento dos desequilíbrios regionais.

Há pois, na nossa opinião, que questionar os números sobre que se construiu esta tese do aprofundamento do fosso entre litoral e interior em Portugal. Esta breve nota debruça-se sobre os valores do PIB *per capita*, que múltiplas vezes foram citados em apoio daquela ideia de um maior contraste entre regiões. O cálculo do PIB *per capita* em Portugal deriva das Contas Regionais que são produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística português. Nenhuma organização internacional, que saibamos, produz dados desta natureza, pelo que se limitam a acolher nas suas análises os valores que lhes são enviados pelas entidades oficiais portuguesas.

À laia de parêntesis: não é espantosa a fé que os analistas portugueses depositam nos números publicados pelas organizações internacionais?!...

Quanto aos números publicados pelo INE, existem três séries distintas de Contas Regionais: uma primeira refere-se ao período 1980-1985, com um prolongamento para 1986



(INE, 1988); uma segunda versa os anos 1986-1990 (INE, sem data); a terceira inicia-se em 1990, referindo-se os últimos dados disponíveis a 1995 (INE, 1996)¹. Cada uma destas séries utilizou metodologias diferentes no cômputo do PIB ao nível regional, pelo que os seus valores não devem em princípio, senão com extrema cautela, ser comparados. A verdade é que os números que estiveram em debate nos últimos meses, que apontaram uma evolução catastrofista para um maior desequilíbrio regional, consistiram geralmente em comparações descuidadas de séries diferentes...

As diferenças metodológicas entre as séries de Contas Regionais, embora existindo naturalmente entre todas as três, são mais profundas no que respeita à série intermédia 1986-1990. É que a série inicial 1980-1986 e a mais recente 1990-1995, são construídas maioritariamente segundo a óptica da produção, enquanto aquela intermédia segue fundamentalmente a óptica do rendimento. Mais do que detalhes metodológicos distintos, trata-se aqui de diferenças de base na regionalização dos agregados macroeconómicos. Na óptica da produção, determinam-se estruturas regionais para as produções efectivas dos ramos e consumos intermédios, computando-se o valor acrescentado por diferença. Na óptica do rendimento, o valor acrescentado é visto enquanto soma de remunerações salariais e excedente bruto de exploração, regionalizando-se cada uma destas componentes. Na prática, porque não há chaves que permitam regionalizar os excedentes brutos de exploração dos diferentes ramos, extrapolam-se, com muita frequência, as estruturas regionais dos salários. Este último método, que designámos de óptica de rendimento, ainda que de mais simples aplicação, pode conduzir a erros significativos no cálculo dos valores acrescentados dos ramos capital intensivos.

A nossa proposta, neste breve apontamento, é confrontar directamente a série mais antiga 1980-1986, com a mais recente 1990-1995, omitindo os valores intermédios derivados duma metodologia mais díspar. A série antiga

foi publicada por distritos até 1985 e por NUTS II (as regiões estatísticas de âmbito idêntico aos das Comissões de Coordenação Regional) em todo o período até 1986; a série recente refere-se somente às NUTS II. Só que as NUTS II têm um desenho horizontal, aglutinando nos mesmos espaços regionais litoral e interior, pelo que não servem à nossa comparação. Recorremos então, numa primeira abordagem, quer por um lado ao penúltimo ano da série mais antiga — 1985, quer a um nosso outro trabalho (Ramos, 1998), que estima o PIB *per capita* por concelhos para o ano 1994, baseando-se na série recente das Contas Regionais, e a partir do qual foi naturalmente possível recompor os valores dos distritos. O Quadro nº 1 compara pois as posições relativas dos PIB *per capita* dos diferentes distritos face ao valor médio do Continente, padronizado igual a 100, nos anos de 1985 e 1994.

Quadro 1 — PIB *per capita* dos distritos do Continente Português: 1985 e 1994

Posição relativa, em unidades percentuais, face ao valor médio do Continente

	1985	1994
Lisboa	150,0	154,7
Setúbal	119,2	87,0
Porto	100,9	97,0
Aveiro	89,9	84,7
Portalegre	86,9	70,3
Coimbra	85,5	83,2
Faro	84,4	88,9
Évora	83,6	76,9
Leiria	82,8	80,9
Santarém	82,7	79,3
Braga	81,4	78,8
Castelo Branco	76,7	72,1
Beja	66,9	68,7
Guarda	61,4	67,3
Bragança	61,0	69,6
Viana do Castelo	57,3	66,1
Viseu	55,5	58,4
Vila Real	53,8	63,7
Continente	100	100

¹ As publicações do Instituto Nacional de Estatística referenciadas são as que incluem as respectivas descrições metodológicas



Conclui-se, pois, que:

— Os seis distritos que possuíam em 1985 um PIB *per capita* mais baixo (Beja, Guarda, Bragança, Viana do Castelo, Viseu e Vila Real), melhoraram a sua posição relativamente à média do Continente, ainda que tenham permanecido na cauda da tabela relativa àquela variável.

— O distrito de Lisboa que já usufruía, com grande vantagem, do maior PIB *per capita* regional, reforçou ainda mais a sua posição, distanciando-se da média continental.

— Os distritos de Setúbal e Portalegre afundaram-se literalmente, registando uma baixa muito significativa da posição relativa do seu PIB *per capita*.

— Os restantes distritos com excepção de Faro, ou seja o que se convencionou chamar litoral, adicionado de Évora e Castelo Branco, diminuíram o valor do seu PIB *per capita* em proporção da média do Continente.

Na realidade, os valores registados para Lisboa e Setúbal merecem ainda um comentário adicional de raiz metodológica. É que dois ramos muito importantes na estrutura produtiva destes distritos, o «Comércio por Grosso e a Retalho» e os «Bancos» (e também embora com menor relevo os «Seguros»), foram na série 1980-1986, ao contrário da regra geral dessa série, e ao contrário do procedimento adoptado na série 1990-1995, regionalizados na óptica do rendimento. E mais, a chave de repartição regional baseou-se em dados censitários que reproduzem o local de residência dos trabalhadores desses ramos (INE, 1988, p. 31 e 38), o que no caso dos distritos de Lisboa e Setúbal é substancialmente distinto do local de trabalho, que é também o ponto de geração do valor acrescentado. Sendo assim, o valor do PIB *per capita* do distrito de Lisboa em 1985 deverá estar subestimado, o que significa que a conclusão atrás segundo a qual Lisboa terá melhorado a sua posição relativa poderá não ser verdadeira. Por outro lado, o valor de Setúbal em 1985 deverá estar sobreestimado, pelo que a perda de posição relativa deste distrito em termos de PIB *per capita* não deverá ser tão drástica quanto o Quadro 1 sugere.

Parece pois seguro poder afirmar-se que não existiu em Portugal, nos dez anos de 1985 a 1994, e ao contrário do que é hoje quase senso comum, um agravamento dos desequilíbrios regionais medidos pelo PIB *per capita*. Os distritos mais atrasados do interior melhoraram a sua posição relativa, em contrapartida dos distritos do litoral que reduziram ligeiramente a proporção do seu PIB *per capita* face à média do Continente, sendo incerta a evolução de Lisboa. Mas devemos também sublinhar, com insistência, que se é verdade que não houve agravamento, é também verdade que são ainda graves e profundos os desequilíbrios regionais que subsistem em Portugal — isto é, as diferenças de níveis entre PIB *per capita* dos diferentes distritos portugueses.

Uma última palavra refere-se ao caso do Alentejo. Não temos qualquer explicação para a evolução de Portalegre: tudo indica que poderá ter havido algum problema estatístico — infelizmente não sabemos qual — no apuramento do PIB *per capita* para este distrito, na série 1980-1986. De facto, Portalegre aparece em 1985 como o quinto distrito do Continente com maior PIB *per capita*, à frente de distritos do litoral como Coimbra, Faro, Leiria ou Braga, o que era já então, nessa época, manifestamente improvável. Mas a quebra pronunciada da posição relativa do PIB *per capita* no distrito de Évora, e a pequena recuperação de Beja, são elucidativas: deverá ter havido de facto um recuo, ou pelo menos estagnação, do PIB *per capita* alentejano em relação à média do Continente. Incluindo Portalegre (e os concelhos alentejanos do distrito de Setúbal), o PIB *per capita* do Alentejo terá caído de 82% da média do Continente em 1985 para 79,8% em 1994, recuperando depois contudo para 82,1% em 1995. Ainda assim, sublinhe-se que esta evolução não se afigura tão desfavorável quanto por vezes é afirmado, para além de que em níveis o PIB *per capita* dos distritos do Alentejo é apesar de tudo ainda superior (mesmo em 1994) ao dos distritos do Norte e Centro interior.

O enigma no caso alentejano adensa-se contudo ainda mais se olharmos exclusivamente para a série (metodologicamente homogénea) 1990-1995.

É que os 10 pontos que já se afirmou ter o Alentejo perdido na sua relação entre o PIB *per capita* e a média do Continente, podem ser observados nos estreitos limites desta série, entre 1990 (89,8% da média do Continente) e 1994 (79,8%). Sem preocupações de destrinçar este caso, anote-se contudo que o problema deverá estar na atipicidade do ano de 1990, em que o valor do PIB *per capita* no Alentejo terá beneficiado quer de uma situação conjuntural favorável na extracção de minerais ferrosos, quer também de uma evolução curiosa no ramo dos produtos químicos, em resultado de alguns episódios subsequentes à privatização da Companhia Nacional de Petroquímica. No ano de 1991, o PIB *per capita* alentejano representava já só 81,9% da média continental, um valor sensivelmente idêntico ao de 1985, mas naturalmente superior ao mais tarde observado, o que confirma a ideia de que o Alentejo terá atravessado, efectivamente, um período difícil na primeira metade da década de 90.

Quadro 2 — Evolução do PIB *per capita* do Alentejo

Posição relativa face ao valor médio do Continente

	PIB pc (%)
1985	82,0
...	
1990	89,8
1991	81,9
...	
1994	79,8
1995	82,1





Referências Bibliográficas

INE (1988), sem título, trabalho da responsabilidade de Julieta Pilar.

INE, Contas Regionais 1986-1990.

INE (1996), Contas Regionais 1990-1992.

Ramos, Pedro (1998) Estimativas do PIB *per capita* para os concelhos do Continente português, *Revista de Estatística* (a sair brevemente).